



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

EDITAL Nº 5/2022/SEDEC-CONSIC

O ESTADO DE RONDÔNIA, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, vem por meio deste Edital tornar público e CHAMAR prestadores de serviços de consultoria e/ou profissionais liberais, junto a Coordenadoria Consultiva de Indústria e Comércio - CONSIC da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, que prestarão assistência técnica aos pleitos de incentivos tributários e/ou locacionais.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente credenciamento é outorga, para prestadores de serviços de consultoria e/ou profissionais liberais, junto a Coordenadoria Consultiva de Indústria e Comércio - CONSIC da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, que prestarão assistência técnica aos pleitos de incentivos tributários e/ou locacionais. Considerando que os projetos para pleito de incentivos são apresentados por projetistas vinculados ou não ao corpo técnico da empresa e que embora cadastrados junto a essa Coordenadoria, muitas vezes não estão com dados atualizados, o que dificulta o acompanhamento dos trâmites processuais necessários para disponibilização do benefício junto as empresas pleiteantes.

É válido ressaltar, que o incentivo locacional, apesar de basear-se no Decreto Nº 12.988, de 13 de julho de 2007, seguindo a elaboração e demais tramites, não possui lei ou decreto que marca a necessidade do corpo técnico prestador de serviços de consultoria e/ou profissionais liberais vinculados a CONSIC para apresentar projeto pleiteando área industrial do Estado.

Conforme descrição a seguir:

1.1.1. Poderão se inscrever os interessados que preencherem os requisitos constantes nos **itens 2 e 4** deste Edital.

1.1.2. O credenciamento será processado, por seleção dos inscritos, a aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as condições estabelecidas neste Edital, nos Termos da Ficha de Inscrição (Anexo I) e Regulamento de cada evento.

1.2. A execução do objeto observará os procedimentos para elaboração de projeto, diretrizes, limites, prazos, formalidades e demais condições estabelecidas pelo Decreto nº 12.988, de 13 de julho de 2007, bem como do presente projeto básico.

1.3. Na elaboração de projeto o credenciado deverá apresentar documento atualizado do conselho da atividade pertinente, junto com a carta de autorização de vinculação a empresa pleiteante.

1.4. O cadastramento de assistência técnica refere-se: a elaboração de documentos técnicos, de projeto econômico-financeiro, o acompanhamento, às análises dos pleitos junto às Coordenadorias Consultivas e apresentação de relatórios de acompanhamento do projeto durante a fruição do benefício, podendo credenciar-se prestadoras e profissionais vinculados ou não a empresa, desde que devidamente credenciados junto à Coordenadoria Consultiva de Indústria e Comércio - CONSIC.

1.5. A hipótese de contratação desse chamamento é paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, não havendo repasse financeiro para esta SEDEC.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Credenciamento os INTERESSADOS que atenderem às exigências constantes neste projeto básico do edital e seus Anexos:

a) Preencher ficha cadastral para credenciamento, pessoa física e jurídica, com documentos legíveis:

Cópias do RG

CPF

Escolaridade

Carteira Profissional

Comprovante de Residência

Certidão de Regularidade do Conselho/RO

b) Tenham ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, sendo assim enquadrados no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946, na Lei nº 1.411, de 13 de Agosto de 1951, na Lei nº 4.769, de 9 de Setembro de 1965 ou Lei nº 6.021, de 3 de Janeiro de 1974.

2.2. Estarão impedidos de credenciar-se a essa Coordenadoria Consultiva de Indústria e Comércio – CONSIC, os participantes que exerceram serviço ao corpo de equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC atuando com cargo comissionado, podendo anular esse critério após 01 (um) ano da saída do órgão.

2.3. O credenciamento vigorará por prazo indeterminado, podendo essa CONSIC, revogá-lo, a qualquer momento, unilateralmente, mediante critérios de oportunidade e conveniência, comunicando o CREDENCIADO da revogação e, em decorrência, de seu descredenciamento.

2.2.1. Só serão consideradas credenciadas as pessoas interessadas que cumprirem todos os requisitos habilitatórios do item 4.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições são gratuitas e serão realizadas exclusivamente online, no período de 14 de junho a 22 Julho de 2022.

3.3.1. Todos os documentos indicados no Item 4 deste Edital deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico consic.sedec@gmail.com, com o título **Edital nº 5/2022/SEDEC-CONSIC**.

3.3.1.1. Não serão aceitos envio de e-mail fracionando as documentações exigidas, ficando automaticamente a empresa e/ou projetista desclassificada do Credenciamento.

3.3.1.2. Fica sob responsabilidade do interessado, garantir que todos os documentos solicitados estejam presentes no **único** e-mail a ser enviado.

3.3.1.3. Não serão aceitas inscrições apresentadas fora do período estabelecido no item 3.1 deste Edital, salvo prorrogação do mesmo em casos especiais.

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. As interessadas deverão apresentar a documentação abaixo elencada:

4.1.1. PESSOA FÍSICA

a) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: da pessoa física estabelecida em 01 (um) dos municípios de Rondônia que pode ser através da apresentação talão de água, de luz, alvará de funcionamento ou de outro documento hábil para tal finalidade;

b) DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: Documento pessoal com foto;

c) FICHA DE INSCRIÇÃO (Anexo I), devidamente preenchida e assinada pelo responsável.

d) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica: Cadastro de Pessoa Física – CPF. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal: Apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br, com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual: Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão tem validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal: Esta certidão deverá ser solicitada na Secretaria de Estado Municipal de sua cidade.

i) Prova de Regularidade com a Procuradoria da Fazenda Nacional: Apresentação da Certidão Quanto a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e tem seu prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias. Também pode ser solicitada por meio eletrônico através do site www.pgfn.fazenda.gov.br porém seu prazo de validade é de 30 (trinta) dias.

j) Prova de Regularidade com a Seguridade Social: Apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pela Previdência Social. Esta certidão tanto emitida pelo INSS ou pelo site, tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da sua data de emissão.

4.1.2. PESSOA JURÍDICA

a) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: da pessoa jurídica estabelecida em 01 (um) dos municípios de Rondônia que pode ser através da apresentação talão de água, de luz, alvará de funcionamento ou de outro documento hábil para tal finalidade;

b) DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: Documento pessoal com foto do responsável legal da empresa;

c) FICHA DE INSCRIÇÃO (Anexo I), devidamente preenchida e assinada pelo responsável.

d) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica: Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

e) Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS: Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.

f) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal: Apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja

validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br, com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual: Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão tem validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal: Esta certidão deverá ser solicitada na Secretaria de Estado Municipal de sua cidade.

i) Prova de Regularidade com a Procuradoria da Fazenda Nacional: Apresentação da Certidão Quanto a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e tem seu prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias. Também pode ser solicitada por meio eletrônico através do site www.pgfn.fazenda.gov.br porém seu prazo de validade é de 30 (trinta) dias.

j) Prova de Regularidade com a Seguridade Social: Apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pela Previdência Social. Esta certidão tanto emitida pelo INSS ou pelo site, tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da sua data de emissão.

k) Prova de Regularidade com FGTS: Esta Certidão poderá ser solicitada em qualquer agência da Caixa Econômica Federal ou por meio eletrônico no site da Caixa: www.caixa.com.br. Ambas terão prazo de validade de 30 (trinta) dias da data de sua emissão.

5. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DOS INSCRITOS

5.1. O cronograma de realização do **Edital de Credenciamento** atenderá:

ATIVIDADES	DATAS
Publicação do Edital	14 de junho de 2022, através do endereço eletrônico: rondonia.ro.gov.br/sedec/
Período de inscrição	De 14 de junho a 22 Julho de 2022, através do endereço eletrônico: consic.sedec@gmail.com , de acordo com o exigido no item 3 do Edital.
Divulgação do Resultado Preliminar das Inscrições	25 julho de 2022, através do endereço eletrônico: rondonia.ro.gov.br/sedec/
Período de interposição de recursos contra o Resultado Preliminar	26 e 27 de julho de 2022, por meio de envio do Formulário de Recurso Administrativo (Anexo II) para o e-mail: consic.sedec@gmail.com com o título RECURSO - CREDENCIAMENTO Edital nº 5/2022/SEDEC-CONSI
Publicação do Resultado Final	29 de julho de 2022, através do endereço eletrônico: rondonia.ro.gov.br/sedec/

6. DOS RECURSOS

6.1. Em caso de desclassificação ou não tiverem sua inscrição deferida por razões de não enquadramento nos requisitos exigidos, o candidato deverá preencher o Formulário de Recurso Administrativo, disposto no Anexo II do Edital e enviá-lo ao e-mail: consic.sedec@gmail.com com o título **RECURSO - CREDENCIAMENTO Edital nº 5/2022/SEDEC-CONSI**, no prazo indicado no item **5.1**.

6.1.1. No dia 25 julho de 2022 a Comissão Recursal fará a divulgação do Resultado Preliminar das Inscrições, através do site rondonia.ro.gov.br/sedec/

6.1.2. Não havendo envio de recursos, será homologada a lista oficial e publicada no site rondonia.ro.gov.br/sedec/ no dia 29 de julho de 2022, sendo que desta decisão não caberá novo período de recurso.

6.1.3. O recurso concernente ao Resultado Preliminar do processo seletivo será admitido uma única vez.

6.1.4. A empresa ou pessoa física deverá utilizar linguagem clara, consistente e objetiva em seu pleito.

6.1.5. Recurso inconsistente ou que desrespeite a Comissão Recursal será preliminarmente indeferido.

6.1.6. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, pedidos de revisão de recurso ou recurso de recurso.

6.1.7. Não será recebido recurso interposto por via postal, fax, ou qualquer outro meio que não seja pela forma descrita no **Item 6.1**.

6.1.8. Serão indeferidos, sumariamente, todos os recursos interpostos fora do prazo estabelecido.

6.1.9. Todos os recursos interpostos serão analisados e os resultados serão divulgados no endereço eletrônico: rondonia.ro.gov.br/sedec/.

6.1.10. Contra o resultado final do Processo de Credenciamento não caberá recurso.

7 – NORMAS E OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

7.1. Proporcionar todas as condições para que a CREDENCIADO possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do edital e seus anexos.

7.2. Exercer o acompanhamento dos procedimentos, encaminhando os apontamentos à CREDENCIANTE quanto às falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como a ocorrência, para as providências cabíveis.

7.3. A comunicação ao CREDENCIADO das ocorrências que venha identificar, deverão ser encaminhadas formalmente, para que a devida correção ocorra.

7.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos pelo projetista da empresa, especialmente designado(s).

7.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste projeto básico e seus anexos.

7.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumida pelo credenciado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, podendo culminar no seu descredenciamento, conforme previsto neste projeto básico.

8. DAS SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, quem:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência do Credenciamento;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do objeto;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta; e,
- g) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não iniciar a execução do objeto, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o Credenciamento.

8.2. O credenciado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Credenciado;
- b) descredenciamento;
- c) suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Credenciado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência deste Edital terá duração de 12 (doze) meses.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A fiscalização das regras atinentes à este Chamamento Público será exercida pela SEDEC, por meio da Comissão Organizadora indicada em Portaria.

10.2. As informações prestadas na Ficha de Inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes pela Comissão Organizadora.

10.3. Ao se inscreverem todos os participantes aceitarão automaticamente as condições e determinações contidas no presente Edital.

10.4. Os casos omissos, não previstos no presente Edital serão encaminhados à análise e deliberação da Comissão Organizadora para providências.

10.5. Os aprovados para o cadastramento de profissionais serão regidos por este edital visando a formação de banco de currículos/cadastro de reserva.

10.6. Os projetistas já credenciados nesta Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, deverão realizar atualização cadastral se enquadrando aos moldes deste Edital de Chamamento Público.

Elaboração e Revisão:

PATRÍCIA DANIELLI CARRARA DE SOUZA
Gerente de Incentivos Fiscais
Coordenadoria Consultiva de Indústria e Comércio
CONSIC-SEDEC

MIRNA SARAIVA MARTINS DE BELLIS

Coordenadora Consultiva de Indústria e Comércio
CONSIC-SEDEC

AUTORIZO NA FORMA DA LEI

AVENILSON GOMES DA TRINDADE
Secretário do Estado de Desenvolvimento Econômico
SEDEC-RO



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Danielli Carrara, Gerente**, em 10/06/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRNA SARAIVA MARTINS DE BELLIS, Coordenador(a)**, em 10/06/2022, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Avenilson Gomes da Trindade, Secretário(a)**, em 10/06/2022, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0029546029** e o código CRC **30502025**.

Referência: Caso responda este Edital, indicar expressamente o Processo nº 0041.067523/2022-73

SEI nº 0029546029